

# **Oficinas de cidadania. Estética: arte e vida cotidiana das mulheres em situação de prisão. Aprendendo e reaprendendo a construir a vida sem violência.<sup>1</sup>**

*Heloisa Helena Fonseca do Nascimento (UFRN)*

## INTRODUÇÃO

Esse artigo foi elaborado a partir dos cadernos de campo confeccionados durante a realização do projeto “Oficinas de cidadania”<sup>2</sup>. O projeto foi executado no período de setembro de 2010 a julho de 2011 e teve como objetivo principal a formação de mulheres que cumpriam pena no presídio feminino do Complexo João Chaves nas temáticas de gênero, diversidade e direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Nessa perspectiva foram necessárias outras ações subsidiárias tais como a constituição e funcionamento de um comitê gestor, responsável pelo debate e resolução de problemas inerentes a realização de qualquer intervenção num ambiente prisional, e uma pesquisa exploratória para diagnosticar o perfil das mulheres presas, profissionais e gestores além da dinâmica de funcionamento da instituição. Foram, portanto esses três processos: chegada, reuniões e entrevistas que forneceram a maior parte do material analisado nesse trabalho, apesar de terem sido realizadas muitas outras atividades no âmbito do projeto.

## 1. SITUAR O PONTO DE PARTIDA

Submeter ou não uma proposta de trabalho voltada às mulheres em situação de prisão foi a primeira questão que intrigou a equipe de trabalho da Organização Feminista Bandeira Lilás<sup>3</sup>. Organização não-governamental formada por militantes de um movimento social denominado Marcha Mundial das Mulheres, essa entidade tinha experiência de trabalho com jovens de bairros populares, artesãs, trabalhadoras rurais e sindicalistas. Em síntese, a ONG dialogava com mulheres inseridas em grupos sociais historicamente identificados com as lutas políticas nos movimentos populares e partidos. Essa metodologia não contemplava outros

---

<sup>1</sup> II ENADIR; GT 01- Antropologia e sistemas de justiça criminal.

<sup>2</sup> Projeto executado pela Organização Feminista Bandeira Lilás, ONG com sede em Natal/RN, com financiamento da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres – PR, dentro das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

<sup>3</sup> A autora trabalha como educadora popular nessa entidade e escreveu o projeto aprovado junto a SEPM.

grupos de mulheres, fortemente marginalizadas, como aquelas que trabalham nas ruas e/ou estão envolvidas com atividades ilícitas ou moralmente condenadas: dependentes químicas, prostitutas, traficantes de drogas, flanelinhas, dentre outras. Até então a condição de vida dessas mulheres era abordada por nós, antropólogas, psicólogas, pedagogas, filósofas, enfermeiras e outras profissionais, apenas como uma realidade distante que evidenciava a articulação da pobreza com a histórica exploração e subordinação das mulheres, fruto da desigualdade de gênero e distribuição do poder numa sociedade patriarcal.

Tratava-se dessa forma de um universo desconhecido, aquele das mulheres que vivem em prisões. Enquanto grupo social não se constituía num sujeito político atuante, nem mesmo potencialmente. Na forma de indivíduos eram inacessíveis, devido à sua posição extremamente periférica na sociedade.

Com a aprovação do projeto colocamos o “pé na trilha”. Munidas de relatórios elaborados tanto pelos governos, como por iniciativa de organismos internacionais através desses e de entidades da sociedade civil, matérias de jornais, releases de algumas experiências de trabalhos sociais nesse campo e uma vasta bibliografia no campo de gênero, feminismo e mulheres e suas interfaces com “crime”, “violência”, “direitos humanos”, “instituições totais” e “sistemas prisionais” nos preparamos para encarar nosso desafio real, a inserção no presídio feminino ou pavilhão feminino da João Chaves<sup>4</sup>.

## 2. FORA DOS MUROS DA PRISÃO

Atualmente, no Rio Grande do Norte, Estado localizado na região Nordeste do Brasil, o sistema prisional é gerido pela Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC). Essa secretaria foi a nossa porta de entrada no universo prisional estadual. Iniciamos um diálogo com um membro da Coordenadoria dos Direitos Humanos e de Defesa das Minorias (CODEM) com o intuito de apresentar o projeto e obter autorização para sua execução. Da CODEM passamos ao Secretário, deste para a Direção do Complexo. Depois da apresentação do projeto e da proposta de trabalho para a diretora e vice-diretor do Complexo, tentamos organizar um evento que proporcionasse um contato preliminar com a equipe de profissionais: agentes penitenciárias, policiais militares, assistente social, psicóloga e auxiliar de enfermagem, o que não foi viabilizado, nos obrigando a iniciar as atividades num contexto de total desconhecido da proposta do projeto pelas diversas profissionais atuantes no dia a dia prisional.

---

<sup>4</sup> Inaugurada no final da década de 1960, como Penitenciária Central, foi durante mais de 30 anos a principal instituição prisional do Estado, conhecido uma década depois por “Caldeirão do Diabo” em referência à situação de superlotação e extrema violência que marcava o pavilhão masculino extinto em 20 de março de 2006.

### 3. ENTRE OS MUROS

O primeiro encontro da equipe do projeto com as mulheres em situação de prisão na João Chaves foi bastante emblemático. O contato inicial com as policiais e agentes de serviço no dia, já evidenciou o estranhamento que seria uma marca dessa relação até o fim das atividades, a maneira pela qual adentramos no espaço que dava acesso às apenas evidenciava a rotina que seria cumprida a partir daí em cada entrada. O então vice-diretor do Complexo, major da polícia militar, nos acompanhou nesse dia. Sua entrada no interior do prédio gerou bastante alvoroço entre as mulheres, elas chamavam o nome dele e se espremiavam contra as grades que separavam o pátio rodeado de celas dos outros espaços do prédio.

O espaço disponível para as atividades sociais no prédio era um salão contínuo ao pátio das celas, ligado a ele por grades. As mulheres foram chamadas a “passar”<sup>5</sup> para participar da nossa atividade e o salão ficou lotado rapidamente, no entanto ao perceberem que não poderiam discutir suas demandas com o Major, as mulheres se desinteressaram e com a saída deste mais da metade das mulheres presentes voltaram para o pátio. Naquele momento percebemos o quanto seria difícil atrair as apenas para nossa proposta de trabalho.

Durante a apresentação do projeto pairava no ar um clima de curiosidade, não pesou a tensão pela qual esperávamos e sim um clima de descoberta, tanto da equipe ao visualizar a imagem de mulheres na sua maioria muito jovem, muitas grávidas, algumas mulheres com mais de cinquenta anos. Era uma diversidade que não encontrávamos em outros projetos, que tinha como público alvo grupos mais homogêneos. O grupo das agentes penitenciárias, mulheres também muito jovens, foi igualmente destoante de uma projeção imagética que fazíamos delas antes de encontrá-las de fato.

Ao final da apresentação e já feito o convite às entrevistas que seriam realizadas nas semanas seguintes, uma das mulheres pediu a palavra e nos interpelou de forma bastante enérgica sobre qual seria o retorno da nossa ação para elas já que em várias experiências anteriores, pesquisadores haviam colhido informações e imagens das apenas sem oferecer nenhuma resposta. Destacou a necessidade de assistência jurídica, de trabalho e educação e denunciou a precariedade da rotina prisional. Essa intervenção nos colocou uma saia justa tivemos que reafirmar o caráter da nossa atuação cujo objetivo central era contribuir e debater sobre as melhorias das condições de vida e de futuro das que ali se encontravam.

A partir desse encontro ficou estabelecido nosso dia e horário de uso do salão. Quinta-feira, das 14h às 16h. O que não se realizava na íntegra já que às 16h todas as mulheres já

---

<sup>5</sup> Expressão usada por agentes penitenciárias e presas designando o ato de atravessar a grade que separa o pátio do salão.

deviam estar nas suas celas para que elas fossem trancadas. As apenadas eram liberadas para estar no pátio das oito da manhã às quatro da tarde.

#### 4. NOVE MESES DEPOIS

Após o término das atividades com as mulheres apenadas da João Chaves percebemos que a maior parte das informações presentes nos relatórios institucionais, não fosse sua extrema simplicidade, vão na direção certa ao apresentar o perfil sócio-econômico das mulheres presas e as condições estruturais e de funcionamento dos aparelhos prisionais.

A percepção das apenadas sempre apresenta uma forte consciência da injustiça e da ineficiência do sistema que não contribui com a ressocialização e não oferece nenhuma perspectiva de inserção social ao final. A administração do presídio funciona tão precariamente quanto o desenrolar dos processos judiciais, ao ponto de uma agente penitenciária dividir conosco o seu receio em enviar o pedido de remissão referente às horas/aula do projeto, aumentando ainda mais a lentidão no trâmite dos processos das mulheres, vindo a prejudicar ao invés de contribuir para sua passagem para o regime semi-aberto.

Nos últimos meses a ineficiência da gestão anterior foi substituída por um modelo de organização que restringiu ainda mais as possibilidades de as mulheres terem um cotidiano suportável na prisão. Foi estabelecido um traje de uso obrigatório, sem que a administração pudesse fornecê-lo a todas e em quantidade suficiente e foi impedida a entrada de diversos gêneros alimentícios, antes permitidos, e que eram fundamentais à dieta da maioria das mulheres, já que essas por serem diabéticas, hipertensas e sofrerem uma série de processos infecciosos não se adaptavam a cardápio das “quentinhas” fornecidas pela administração. Tudo isso acompanhado pela falta de regularidade das aulas na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) e da suspensão do trabalho na cozinha do presídio provisório vizinho, única atividade laboral que garantia alguma remuneração e remissão para as mulheres.

Esse conjunto de mudanças rapidamente agravou o quadro de desânimo e depressão das mulheres que cumprem pena na João Chaves. A mudança que nós encorajamos as mulheres a ver como uma possibilidade de melhora, acabou se apresentando como um reforço do caráter punitivo e anulador de sujeitos presente nos sistemas prisionais brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemary de O. *Mulheres que Matam: universo imaginário do crime no feminino*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 197p.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CUNHA, Manuela P. da. *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, 1994. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: A identidade deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 8 ed. São Paulo: Perpectiva, 2008.

Grupo de trabalho interministerial. *Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino*. 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres.

